

TÍTULO: TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE ESTUDANTES NEGROS AUTISTAS NA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE: INTERSECCIONALIDADE, RACISMO E CAPACITISMO

Autores¹:

GONÇALVES, Letícia Araújo Machado – Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: leticiajver@gmail.com

VASQUES, Carla K. – Professora Doutora, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora. E-mail: k.recuero@gmail.com

ESPÍRITO SANTO, Arthur Miranda – Professor Doutor, Programa de Pós-Graduação em Matemática Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coorientador. E-mail: arthurmes@ufrgs.br

Resumo: Esta pesquisa analisa as trajetórias escolares de estudantes negros autistas na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre entre 2009 e 2017, a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP. Busca compreender como a interseccionalidade entre raça, deficiência, diagnóstico e território impacta a escolarização, respondendo a uma lacuna nos estudos da educação especial e da inclusão escolar. O objetivo é investigar como esses marcadores se articulam na produção da exclusão escolar; reconstruir longitudinalmente 170 trajetórias de estudantes negros autistas; identificar padrões de desigualdade e propor instrumentos analíticos que visibilizem tais processos. A análise, de abordagem quanti-qualitativa, articulou estatística descritiva e leitura crítica à luz dos Estudos Críticos da Deficiência (Connor; Valle, 2024; Gesser; Blöck; Lopes, 2020), que compreendem a deficiência como efeito de práticas de classificação e políticas educacionais e reconhecem o capacitismo como regime de poder estrutural. Inspirada na interseccionalidade de Crenshaw (2002), a pesquisa também articula racismo estrutural, gênero e classe social para compreender como múltiplas formas de opressão se sobrepõem na escolarização de

¹ Todos os autores declaram ter contribuído substancialmente para a concepção, análise e redação, aprovaram a versão final e concordam em ser responsáveis por todos os aspectos do trabalho, conforme critérios do Congresso.

estudantes negros autistas. Foi desenvolvida uma tipologia diagnóstica inovadora, entendida não como mecanismo de classificação, mas como ferramenta de leitura crítica. Ela permitiu tornar visível a instabilidade dos registros diagnósticos e demonstrar como o reconhecimento institucional do autismo é atravessado por disputas, desigualdades raciais, territoriais e socioeconômicas. Os resultados mostraram que apenas 18,8% das trajetórias mantiveram o diagnóstico contínuo. Embora as matrículas de estudantes com autismo em geral tenham crescido, observou-se queda de 24,3% nas matrículas de estudantes negros autistas, chegando a quase 50% entre meninas negras. Esses estudantes estão concentrados em regiões periféricas de baixo IDHM, evidenciando um padrão geográfico de exclusão. Embora as políticas de inclusão tenham ampliado formalmente o acesso, elas não romperam com desigualdades raciais e sociais. A pesquisa mostra que o diagnóstico é um operador institucional instável e racializado e propõe uma metodologia inovadora de leitura crítica dos registros censitários. Trata-se de uma cartografia crítica das desigualdades na educação pública municipal, que oferece subsídios para pesquisas futuras e para políticas capazes de enfrentar de forma interseccional o racismo e o capacitismo na escolarização.

.Palavras-chave: deficiência; autismo; interseccionalidade; racismo; capacitismo; trajetórias escolares.

Introdução

A escolarização de pessoas com deficiência ganhou visibilidade no Brasil a partir da década de 2000, mas raramente foi articulada à questão racial. Crianças e jovens negros com deficiência, sobretudo autistas, continuam invisibilizados nas políticas e pesquisas educacionais. Essa ausência reforça a ideia de que “raça” e “deficiência” seriam categorias independentes, apagando desigualdades estruturais.

Este estudo dá continuidade às investigações realizadas por Vasques, Espírito Santo e Meletti (2024), que analisaram o acesso de estudantes autistas à educação básica no Brasil, com base nos microdados do Censo Escolar. A presente pesquisa desloca esse olhar: do panorama nacional para a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, e da análise geral de acesso para a reconstrução de trajetórias escolares, incorporando a dimensão racial como elemento central.

Ignorar intersecções como gênero, raça, território e classe pode levar a políticas que não atendem às necessidades reais dos sujeitos. A análise isolada de indicadores estatísticos não revela a complexidade das trajetórias escolares, resultando na invisibilização de experiências singulares e desafios específicos.

A articulação entre capacitismo e racismo encontra ressonância em pesquisas pioneiras no Brasil. Maria Helena Souza Patto (2022) mostrou como as redes públicas de ensino reproduziam desigualdades raciais e de classe ao encaminhar majoritariamente crianças negras e periféricas para classes e escolas especiais. Zana e Alves (2024), ao revisitar a obra de Lígia Assumpção Amaral, destacam como a autora interrogava o próprio campo da psicologia e da psiquiatria e suas práticas normativas de produção da deficiência como desvio. Amaral criticava a construção do “tipo ideal” – jovem, branco, masculino, heterossexual, produtivo e sem deficiência – contra o qual todas as outras vidas são medidas e frequentemente desautorizadas.

Objetivo Geral: Investigar as trajetórias escolares de estudantes negros autistas na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Objetivos Específicos:

1. Reconstruir longitudinalmente trajetórias de 2009 a 2017 a partir dos microdados do Censo Escolar.
2. Identificar padrões de exclusão escolar relacionados a raça, deficiência e território.
3. Analisar os efeitos das políticas públicas de inclusão sobre essas trajetórias.

Esses objetivos expressam o compromisso com uma análise crítica que busca dar visibilidade às desigualdades e abrir caminhos para investigações futuras sobre a dimensão experiencial e política das trajetórias escolares.

Referencial teórico e metodológico

A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, baseada em análise longitudinal dos microdados do Censo Escolar. Foram reconstruídas 170 trajetórias de estudantes autistas que frequentaram a rede municipal de Porto Alegre (RS) entre 2009 e

2017. O estudo concentrou-se nos estudantes negros — autodeclarados pretos ou pardos —, destacando o entrelaçamento entre raça, deficiência e território.

A metodologia combinou estatísticas descritivas e análise longitudinal com cruzamentos interseccionais entre raça/cor, sexo, tipo de matrícula, localização da escola e estabilidade dos registros diagnósticos.

A tipologia construída identificou quatro formas de percurso diagnóstico: AC – registro constante de autismo em todo o período; AD – inserção posterior do diagnóstico; AP – retirada do diagnóstico após registro inicial; e AI – alterações sucessivas no status diagnóstico. Essa tipologia não busca classificar estudantes, mas evidenciar o caráter instável do diagnóstico, atravessado por disputas institucionais, desigualdades raciais e condições socioeconômicas.

O estudo dialoga com os Estudos Críticos da Deficiência (ECD). Connor e Valle (2024) argumentam que a deficiência é também efeito das práticas de classificação e das políticas educacionais. No Brasil, Gesser, Blöck e Lopes (2020) tensionam o modelo social e reforçam a ideia de que o capacitismo constitui um regime de poder estrutural, atravessando instituições, saberes e políticas.

A interseccionalidade é central, tanto na formulação teórica quanto como ferramenta de análise crítica. Inspirada em Crenshaw (2002), a pesquisa articula racismo estrutural, capacitismo, gênero e classe social para compreender como múltiplas formas de opressão se sobrepõem na escolarização de estudantes negros autistas.

Resultados

A pesquisa revelou profundas desigualdades na trajetória escolar de estudantes negros autistas. Constatou-se forte instabilidade diagnóstica: apenas 18,8% das trajetórias mantiveram o registro de autismo de forma contínua, revelando fragilidades no acompanhamento e sugerindo a racialização dos critérios de reconhecimento institucional.

Embora as matrículas de estudantes com autismo e de estudantes negros com deficiência tenham crescido no período, observou-se queda de 24,3% nas matrículas de

estudantes negros autistas. Na rede municipal, essa redução chegou a 56,7%, com impacto ainda mais grave entre meninas negras, cujas matrículas diminuíram em quase 50%.

Além disso, a análise territorial mostrou a concentração desses estudantes em escolas de regiões periféricas e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), evidenciando um padrão geográfico de exclusão.

Esses achados revelam contradições nas políticas públicas: a ampliação das matrículas não se traduziu em permanência nem em equidade. Evidenciam ainda que racismo estrutural e capacitismo se entrelaçam na produção das desigualdades escolares. Mais do que simples movimentos de entrada ou saída, as trajetórias são marcadas por tempos irregulares, percursos instáveis e presenças provisórias ou retidas. Escutar essas temporalidades é parte do compromisso ético da pesquisa: dar nome às formas silenciosas de exclusão que operam tanto pelo corte abrupto quanto pelo prolongamento de uma escolarização precária.

Considerações finais

A pesquisa demonstra que políticas de inclusão, quando desarticuladas de uma análise interseccional, não rompem com desigualdades estruturais. A análise das trajetórias escolares de estudantes negros autistas mostrou que o diagnóstico não é um dado fixo ou neutro, mas um operador institucional instável, racializado e situado.

A investigação também evidenciou que as matrículas estão concentradas em regiões periféricas da cidade, revelando um padrão geográfico de exclusão. Apesar de operar com dados secundários, o estudo propõe uma metodologia inovadora de leitura crítica dos registros censitários, tornando visíveis desigualdades geralmente encobertas pelas codificações administrativas.

Ao assumir a interseccionalidade como posicionamento político e epistêmico, a pesquisa se compromete com a desnaturalização das desigualdades e com a produção de conhecimento voltado à transformação social. Trata-se de um estudo exploratório que inaugura uma cartografia crítica das desigualdades na educação pública municipal,

oferecendo subsídios para pesquisas futuras e para o redesenho de políticas educacionais mais justas e inclusivas.

Por fim, o trabalho reforça a urgência de políticas comprometidas com justiça social e racial, capazes de ampliar as possibilidades de escolarização digna para estudantes negros autistas. Como propõe Cida Bento (2022), é preciso inventar linguagens que abram espaço para corpos historicamente apagados, não como exceção, mas como condição central para pensar a escola pública.

Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CONNOR, David; VALLE, Jan. Estudos da Deficiência na Educação: passado, presente e futuro? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 49, e141799, p. 1-30. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa; LOPES, Paula. **Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020.

PATTO, Maria Helena. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022

VASQUES, Carla; ESPÍRITO SANTO, Arthur; MELETTI, Silvia. Acesso de estudantes autistas à educação básica no Brasil: o que revelam os microdados do Censo Escolar (2009–2018). **Curríc. sem Fronteiras**, v.24, n.1, p.36–65, 2024

ZANA, Augusta; ALVES, Cândida Beatriz. Sobre a atualidade de Lígia Assumpção Amaral: interrogando o capacitismo para aleijar o campo psi. **Rev. psicol. polít.** vol.24 São Paulo 2024 Epub 23-Ago-2024

Eixo Temático Prioritário: Eixo 2 – As várias faces da educação: para além da inclusão.

Eixo Temático Secundário: Eixo 10 – Raça, gênero e corpos com deficiência: interseccionalidade e desafios contemporâneos.

Conflito de interesses: não há conflitos de interesse a declarar.

Dados CEP/Plataforma Brasil: não se aplica, por utilizar exclusivamente microdados públicos e anonimizados do Censo Escolar/INEP, incluindo variáveis educacionais e geográficas

Fonte de financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.